

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Responsabilidade da Empresa e Cidadania Empresarial**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

O tema responsabilidade da Empresa e Cidadania Empresarial suscita uma série de questões que interpelam não somente o Direito, mas a Administração, as Ciências Sociais e, principalmente os estudos a Justiça e da Responsabilidade Social. Assinalando as lições de P. Ricouer, Cappelin & Giffoni (2007) afirmam que

O sentido da responsabilidade das instituições, alimenta uma relação. Conecta a preocupação de *imputar* (atribuir obrigações e limitações) a quem exerce um poder (econômico, como no caso aqui tratado) com o esforço de *atribuir proteção* a quem é mais fraco. Podemos, assim, interrogar as empresas, averiguando de que forma incluem, em suas responsabilidades, as metas que a sociedade contemporânea lhes atribui, como a produção de riqueza, o desenvolvimento e o emprego. (p.419)

Partilhando dessa perspectiva esse tema foi tratado no GT Responsabilidade da Empresa e Cidadania Empresarial, realizado no XXII Encontro Nacional do CONPEDI, na UNICURITIBA. Os textos apresentados colocam-se na esteira da multiplicidade apontada no parágrafo anterior e trazendo importantes reflexões sobre o tema.

Assim, essa publicação reflete aspectos do debate e foi organizada considerando, na primeira parte da discussão, os aspectos que mais gerais abordados pelos autores. Nesse sentido, o primeiro texto “Empresa: Perspectivas e Mudanças Direcionadas à Responsabilidade Social”, de autoria de Aldo Aranha de Castro e Simone Genovez, busca “analisar o papel da empresa moderna sob o enfoque econômico, social e ambiental”. Os autores destacam aspectos éticos e morais que podem nortear a ação das empresas, tomando por base o art. 170, da Constituição Federal.

Na seqüência o texto 2 “Aspectos da Responsabilidade Do Empresário na Empresa Individual de Responsabilidade Limitada”, a autora Luize Mazeto discute os principais aspectos da lei n. 12.441/2011 (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI), destacando as novidades que o diploma legal coloca no ordenamento nacional e suas

implicações para pequenos empresários. O texto 3 “Benefícios Sociais de Parcerias e Estruturas Jurídicas no Desenvolvimento de Atividades de Exploração e Produção de Hidrocarbonetos: O Conteúdo Local”, de autoria de Alexandre Ferreira de Assumpção Alves e Fernando Gregio Lüdke, discute aspectos da função social da livre iniciativa, considerando a experiência das empresas que exploram e produzem hidrocarbonetos. O eixo orientador do artigo é a definição de conteúdo local, destacando os desafios que essa atuação traz para o setor.

Fechando o bloco, apresenta-se o texto 4 “Responsabilidade Social Empresarial e Marketing Social”, de autoria Juliana Falci Sousa Rocha Cunha, onde a autora analisa as relações entre marketing e responsabilidade social, destacando como as empresas vêm fazendo uso dessas ferramentas. E, por fim, nessa primeira parte, o texto 5 “Função Profilática da Responsabilidade Civil Consumerista e A Indústria do Dano Moral: Cidadania Empresarial Na Sociedade De Risco”, de autoria de Ana Cecília Parodi, aponta como a ação das empresas pode ser preventiva no que concerne a minimização de riscos oriundos de sua atuação e, como esses procedimentos relacionam-se com o tema em questão.

A segunda parte apresenta a análise de casos específicos que envolvem as dimensões mais diretamente ligadas à aplicação do Direito. Esse bloco é aberto com o texto 6 “Empresa e Contrato de Emprego com Pessoa Infectada Pelo Vírus HIV: A Promoção da Cidadania no Ambiente do Trabalho”, de autoria de Renato de Almeida Oliveira Muçouçah, cujo foco é o exame das relações entre pessoas vivendo com HIV/AIDS e as medidas que podem ser desenvolvidas pelas empresas no sentido de efetivar a dignidade desses trabalhadores/as, cumprindo os preceitos constitucionais.

O texto 7 “Proteção da Personalidade da Pessoa Física em face da Pessoa Jurídica com a Repersonalização”, de autoria de Marco Antonio de Souza e o texto 8 “Os Efeitos Decorrentes da Aplicação Judicial da Teoria Menor da *Disregard Doctrine*: Uma Análise Econômica Do Direito”, de autoria de Deilton Ribeiro Brasil, tratam do instituto da “despersonalização” (*disregard doctrine*), analisando suas implicações em relação ao tema proposto.

As discussões relativas à abertura de capital nas sociedades anônimas são tratadas no texto 9 “Considerações sobre a abertura de capital na Sociedade Anônima”, de autoria de Rodrigo de Oliveira Botelho Corrêa, destacando essa possibilidade como forma de “ampliar as opções de financiamento da atividade negocial e produtiva”. O texto 10, “O Administrador, a Sociedade Anônima e a sua Responsabilidade Social e Coletiva”, de autoria de Gabriel Russi Vianna e Sandro Mansur Gibran, discute aspectos que envolvem as complexas relações das S.A., bem como seus administradores, destacando o impacto social dos atos oriundos deste universo.

E, por fim, encerrando a discussão, o texto 11, “Apropriação Indébita Previdenciária: Bases Constitucionais da Criminalização da Omissão de Repasse e A Questão da Inexigibilidade de Conduta conforme o Direito pela situação financeira precária da Empresa”, de autoria de Janaína Elias Chiaradia e Fábio André Guaragni, discute a questão previdenciária e seus impactos, problematizando preceitos e princípios legais relativos ao tema.

Com esse conjunto de trabalhos espera-se estar oferecendo ao leitor uma diversidade de possibilidades e situações que envolvem o tema relacionado ao livro, demonstrando que práticas relacionadas à responsabilidade e cidadania empresarial ensejam diferentes situações às quais merecem ser compreendidas à luz do equilíbrio legal e dos constitucionais princípios da dignidade humana e da justiça social.

Boa leitura!!!!

Coordenadoras do Grupo de Trabalho

Professora Doutora Ana Cláudia Farranha Santana – UnB

Professora Doutora Danielle Anne Pamplona – PUC PR

Professora Doutora Terezinha de Oliveira Domingos – UNINOVE

Referência Bibliográfica:

CAPELLIN, P & GIFFONI, R. As Empresas em Sociedades Contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, Set./Dez. 2007.